



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2745

Presidente da Mesa Diretora: José Nardel Alves de Almeida

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta, não votados

Autoria: Cláudio Avelino Pereira

Data: 24/12/83

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 01/84. (REJEITADO). Cria o Conselho Tributário Municipal de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 27

Posição: 06

Número de folhas: 03

Espécie: PL
Categoria: Pendentes
U: 27
Ordem: 06
nº fls: 01

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO-LEI Nº 01/84

Autor: Vereador Cláudio Pereira

Assunto:-

Cria o Conselho Tributário Municipal

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 24.12.83
- 2 À Com. de Legislação e Justiça em 24.12.83
- 3 Visto ao Vereador Honorato - 21.01.84
- 4 Aprovado em 14-0-28.01.84
- 5 Recebido em 25-0-04.02.84
- 6 Arquivado - 04.02.84.
- 7
- 8
- 9
- 10



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO-LEI Nº _____

Cria o Conselho Tributário Municipal

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) decreta e eu sanciono a seguinte Lei :-

Artigo 1º - Fica instituído, nos termos do artigo 109, da Lei Complementar nº 03, de 28.12.72, o Conselho Tributário Municipal de Montes Claros, com atribuição de decidir, em 1º grau de recurso, as reclamações relativas a questões tributárias junto ao Fisco Municipal.

Artigo 2º - O Conselho de que trata o artigo anterior será integrado por nove (09) membros, sendo:-

- 01 Advogado indicado pelo Prefeito Municipal;
- 02 Vereadores indicados pela Câmara ;
- 01 Economista indicado pela Subdelegacia Regional de Economia ;
- 01 Técnico indicado pela FUNM;
- 01 Técnico indicado pela Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos ;
- 01 Representante indicado pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis;
- 01 Representante indicado pela Associação Comercial e Industrial de Montes Claros;
- 01 Representante da Delegacia Seccional do Conselho Regional de Contabilidade.

Artigo 3º - O Prefeito Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentará esta Lei, inclusive quanto ao procedimento administrativo a ser adotado na sua execução.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 24 de dezembro de 1983.

Cláudio Pereira - Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação e Justiça
 EM 24 DE dezembro DE 1983
[Assinatura]
 PRESIDENTE

A matéria é legal
 e Constitucional
 merele nossa apro-
 vação por lei 30/12/83

Henrique

[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
maioria
 EM 28 DE junho DE 1984
[Assinatura]
 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 REJEITADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
maioria absoluta
 EM 04 DE maio DE 1984
[Assinatura]
 PRESIDENTE